



Em Assembleia Geral vigilantes do DF aprovam pauta de reivindicação da data base 2013



Em auditório lotado, no Teatro Dulcina, os vigilantes do DF aprovaram a Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2013, com data-base em 1º de janeiro/2013, que será agora encaminhada ao Sindicato Patronal nos próximos dias.

Entre os principais itens da pauta de reivindicação, a categoria aprovou reajuste salarial de 15%; 13% de adicional de risco de vida (atualmente a

categoria tem 15%) e reajuste do ticket alimentação de R\$ 17,00 para R\$ 25,00.

José Boaventura Santos, presidente da CNTV, participou da Assembleia e desejou sucesso aos vigilantes em sua campanha salarial. Ele lembrou aos presentes as dificuldades das negociações, mas que em todo o Brasil a maioria dos sindicatos de segurança privada conquistou reajuste com ga-

nho real de salário e que certamente os vigilantes do DF também sairiam vitoriosos em sua Campanha Salarial.

Jervalino Rodrigues Bispo, presidente do SINDESV-DF e diretor da CNTV, o deputado Chico Vigilante (PT/DF), diretor da CNTV e do SINDESV, acompanhados dos diretores Paulo Quadros e Moisés Alves, além de José Boaventura, participaram da mesa que fez a leitura da pré-pauta de reivindicações aprovada pelos presentes.

O presidente da CUT-DF e do Sindicato dos Bancários, Rodrigo Brito, levou o apoio da Central e de sua categoria à luta dos vigilantes. Rodrigo agradeceu a solidariedade dos vigilantes durante a greve dos bancários.

Fonte: CNTV



Vigilantes na Copa: tema para a 11ª Conferência Nacional dos Vigilantes

Os grandes eventos previstos para o Brasil, Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas têm gerado grande expectativa nos vigilantes em todo o Brasil. As entidades e a CNTV se esforçam para levar informações à categoria, principalmen-

te nos locais previstos para os jogos. Alguns sindicatos já realizaram reuniões, encontros e seminários para discutir exclusivamente o assunto que tem como pauta os cursos específicos para os vigilantes que trabalharão nesses eventos, a criação de milhares

de empregos, entre outros.

Certamente é um tema que interessa aos participantes da 11ª Conferência Nacional dos Vigilantes que acontece dias 08 e 09/11, em Salvador/BA.

Fonte: CNTV

Chico Vigilante apresenta lista de empresas que faliram e deram calote em trabalhadores no DF



A constitucionalidade da lei nº4636/11 de autoria do deputado Chico Vigilante (PT), mais uma vez foi o tema do comunicado de líderes, na sessão ordinária na tarde de ontem (31). De posse de uma lista contendo 60 empresas que abriram falência depois de lesar milhares de trabalhadores no DF, Chico Vigilante leu alguns nomes para exemplificar e comprovar o que havia dito na sessão de ontem (30) quando tratou do tema motivado por uma indicação ao governador que contesta a constitucionalidade da lei.

“Não há o que questionar, a lei é justa e felizmente contou com o apoio de todos os parlamentares. Essa lei vai no sen-

tido da moralidade que deve ser tratada a prestação de serviços do DF”, observou.

De acordo com o deputado, são empresas que faliram de maneira fraudulenta dando calote nos trabalhadores que perderam a garantia de direitos rescisórios e o sustento da família de uma hora para a outra. (veja lista completa abaixo)

A lei foi sancionada no ano passado pelo governador do Distrito Federal depois de tramitar em todas as comissões na Câmara e ser aprovada em plenário com a maioria absoluta dos votos dos parlamentares.

O parlamentar ressaltou o cuidado que teve na constru-

ção da minuta do projeto de lei nº218/11 que deu origem à lei. O deputado consultou dezenas de juristas que colaboraram com a construção do projeto que resultou na lei contestada de maneira equivocada pelo deputado Robério Negreiros.

Na tarde de ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou uma indicação do deputado Robério Negreiros ao governador Agnelo Queiroz para que a lei 4336/11 não seja regulamentada.

A medida representa uma conquista histórica para os terceirizados do DF, que prestam serviços ao poder público, por meio de empresas vencedoras de licitação. O ato de sanção

da lei se deu na presença de muitos trabalhadores no palácio do Buriti e agora vem a regulamentação.

“Eu tenho notícia que a regulamentação está pronta até porque acontecerá uma série de licitações em breve. E uma medida que está sendo tomada pelo GDF é que nos quartéis da Polícia Militar, os postos policiais comunitários de segurança, e os quartéis do Corpo de Bombeiro, a segurança será feita de maneira orgânica por vigilantes qualificados, a exemplo do que já acontece na Polícia Federal com muito sucesso”, informou. Esses vigilantes ocuparão os postos hoje ocupados por policiais que voltarão as ruas para reforçar os efetivos.

Chico Vigilante ressaltou ainda o alcance social da lei que além de preservar a garantia dos direitos rescisórios dos trabalhadores, protege o Erário Público, uma vez que ao se sentir lesado, o trabalhador entra na Justiça e quem acaba pagando a conta duas vezes é o Estado. “Conversei hoje com o secretário de planejamento do DF, Luiz Paulo Barreto, que me disse que a regulamentação está pronta e será feita nos próximos dias para devolver a tranquilidade aos trabalhadores, na mesma medida, às empresas sérias prestadoras de serviços no DF”.

Veja as 60 empresas que abriram falência de maneira fraudulenta lesando milhares de trabalhadores no DF:

EMPRESAS FALIDAS

ABASE SEG LTDA
ALVORECER

ATIVA VIG E SEGURANÇA
LTDA
BLUE STAR SERVIÇOS DE
SEGURANÇA LTDA
BRASEG SEGURANÇA
LTDA
CIBRÁS EMP. DE SEGU-
RANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
COLOSSAL SEG LTDA
COMIL EMPRESA DE SE-
GURANÇA LTDA
CONFEDERAL S/A CO-
MÉRCIO E INDÚSTRIA
CONVIBRAS VIGILÂNCIA
E BRASILIA LTDA
CONSERVO SEG E VIG
LTDA
CORDIAL SEGURANÇA
LTDA
DALLAS SEG E VIG LTDA
DELIMPEC
DESTAC SEGURANÇA
LTDA
DF SEGURANÇA LTDA
(20/01/1994)
DINAMICA VIGILANCIA E
SEGURANÇA LTDA
EBAL EMPRESA DE SE-
GURANÇA LTDA
ELO SEGURANÇA LTDA
FIANÇA EMPRESA DE SE-
GURANÇA LTDA
FIEL SERVIÇOS DE VI-
GILÂNCIA E SEGURANÇA
LTDA
FOX SEG E VIG LTDA
GAVEA VIG E SEGURAN-
ÇA TODA
GELRE SEG LTDA
INTERCON SEGURANÇA
LTDA
JAGUAR VIGILANCIA LTDA
JK SEGURANÇA LTDA
MANCHESTER SEG LTDA
MASTER VIG LTDA
MERIDIONAL
MIB VIGILANCIA E SEGU-
RANÇA LTDA
MUNDIAL VIGILANCIA
LTDA
PATRIMONIAL SEGURAN-

ÇA LTDA
PHOENIX SEGURANÇA
LTDA
POI EMPRESA DE VIGI-
LÂNCIA LTDA
PIRES SERVIÇOS DE SEG
LTDA
PLANO VIGILANCIA LTDA
PLANALTO EMPRESA DE
SEGURANÇA LTDA
REMAN SEGURANÇA PRI-
VADA LTDA
RM SEGURANÇA LTDA
RIOFORTE SERVIÇOS
TÉCNICOS DE VIG. LTDA
SANTA BÁRBARA SEGU-
RANÇA LTDA
SEG SERVIÇOS ESPE-
CIAIS DE GUARDA S/A
SELECTA SEGURANÇA
LTDA
SELEN SERVIÇOS TÉCNI-
COS PROFISSIONAIS LTDA
SERVIG VIGILÂNCIA E
SEGURANÇA LTDA
SUPREMA SEG E VIG
LTDA
SINAL SEGURANÇA E VI-
GILÂNCIA LTDA
THOR SEGURANÇA E VI-
GILÂNCIA LTDA
TRANSEGURO TRANSP.
DE VALORES E VIG. LTDA
UNITED SEGURANÇA
LTDA
VEG SEGURANÇA PATRI-
MONIAL LTDA
VERNER VIGILANCIA
LTDA
VIGFORT SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA LTDA
VIGIBRÁS EMPRESA DE
SEGURANÇA LTDA
VIGSEG SEG LTDA
VIPASA SEGURANÇA PA-
TRIMONIAL LTDA
VISE VIGILANCIA E SEGU-
RANÇA LTDA
WACKENHUT DO BRASIL
S/A
ZENOP SEG LTDA

Justiça manda Correios instalar equipamentos de segurança no Piauí

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Trabalho no Piauí, a juíza Basiliça Alves da Silva, titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina, determinou, no último dia 25, que a Empresa de Correios e Telégrafos do Piauí instale, no prazo máximo de 60 dias, dispositivos de segurança em todas as suas agências no Piauí, na forma determinada em decisão judicial do TRT da 22ª Região.

Caso a empresa não acate a determinação no prazo assinalado, a juíza determinou que ficarão interditadas parcialmente, ou seja, proibidas de exercer qualquer atividade de correspondente bancário, todas as agências dos Correios que ainda não dispõem dos dispositivos de segurança determinados pelo TRT.

Segundo o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Piauí, José Wellington Soares, são necessárias medidas mais enérgicas contra a ECT no Piauí para obter o efetivo cumprimento da decisão do TRT da 22ª Região, visto que nem mesmo a fixação de multa pessoal contra o gestor responsável e a cobrança de multa no valor de R\$ 417.393,11 fizeram a empresa cumprir a decisão.

Segundo o MPT, a empresa insiste em desrespeitar a decisão judicial e, sobretudo, em submeter a sério risco a vida de todos os empregados que trabalham nas agências, pois "existe risco eminente de uma tragédia decorrente dos sucessivos assaltos

às agências no Piauí", pontua o procurador.

Em junho de 2011, o Tribunal Regional do Trabalho acatou o pedido do MPT em ação civil pública e obrigou a ECT a instalar em todas as 196 agências e postos de atendimento no Piauí portas eletrônicas de segurança individualizada com detector de metais, resistente a impacto de projéteis, circuito interno de filmagem, sistema de alarme ligado à delegacia de polícia e, ainda, a contratar vigilância armada ostensiva durante todo o período de atendimento ao público.

O MPT ajuizou a ação que culminou na decisão da Justiça do Trabalho com objetivo de resguardar a garantia fundamental de um meio ambiente de trabalho seguro aos trabalhadores dos Correios. Na época, o sindicato da categoria de-

nunciou ao MPT insegurança nas atividades desde que a empresa passou a funcionar como Banco Postal e os empregados começaram a lidar diretamente com grande volume de dinheiro decorrente da prestação de tais serviços. E, apesar desses serviços serem tipicamente bancários, as agências continuaram com a mesma estrutura e praticamente sem nenhuma segurança, o que passou a atrair a atenção de assaltantes na capital e no interior do Estado.

No despacho, a juíza Basiliça Alves da Silva também determinou que, em caso de descumprimento, a ECT/PI pagará multa diária de R\$ 10.000,00, por agência, sem prejuízo da apuração e cobrança das multas por descumprimento já devidas pela empresa e pelo gestor responsável.

Fonte: MPT



CNTV, Uni Global e Contraf entregam documento ao Itaú sobre contrato com Prosegur/Paraguai

No dia 22/10 a CNTV, Contraf/CUT e Uni Global, acompanhados de um dirigente do Sindicato do Carro Forte Prosegur/Paraguai, foram recebidos pelo diretor de recursos humanos do Itaú, na sede do banco em São Paulo. O Itaú é um dos maiores contratantes da Prosegur no Paraguai e o motivo da reunião foi para cobrar da instituição financeira que reveja as práticas adotadas pela empresa prestadora, especialmente as práticas anti-sindicais da Prosegur contra seus empregados.

Os dirigentes relataram

ao diretor do Itaú a demissão de mais de 300 trabalhadores após uma greve do segmento, as jornadas de trabalho de mais de 20 horas, a ausência de seguro de vida, a falta de horário de refeição e para as necessidades fisiológicas, obrigando esses empregados a recorrerem a garrafas pet.

O banco ouviu todas as denúncias, recebeu o documento assinado pelas entidades e se comprometeu em responder.

Participaram da reunião: Pela CNTV, o presidente José Boaventura, pela CONTRAF/CUT, o pre-

sidente Carlos Cordeiro, pela Uni Global, Benjamin Partoon e André, e Eligio Britez do Sindicato de Prosegur Paraguay - SITE-PROPASA.

Fonte: CNTV



Sindicatos solidários com filha de vigilante

O vigilante de Brasília/DF, Reginaldo Menezes, está passando por uma grande dor há alguns anos, pois sua filha de dez anos tem grave doença e faz tratamento no DF e também em Curitiba/PR. O pai desesperado pediu ajuda no Sindicato dos Vigilantes do DF, pois tem problemas financeiros para locomoção e hospedagem em Curitiba. No que foi amplamente atendido e rea-

lizada campanha no jornal Olho Vivo, pedindo apoio dos vigilantes.

Com a pequena Maria Vitória em Curitiba, onde fará transplante, o pai da menina pediu ajuda novamente para doação de sangue ao Hospital das Clínicas. A CNTV encaminhou o pedido ao Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região e a direção da entidade, presidida pelo Secretário Geral da CNTV, João So-

ares, já iniciou uma campanha de doação de sangue junto aos vigilantes em nome de Maria Vitória.

A solidariedade do movimento sindical é muito importante para amenizar o sofrimento de nossos irmãos e irmãs. Desejamos sucesso na cirurgia de Maria Vitória e que ela recupere 100%. Que Deus dê forças à sua mãe e ao pai, e restabeleça a saúde dessa menina.

Transporte de Valores DF: Trabalhadores pressionam e garantem pagamento de indenização trabalhista



Na madrugada desta quarta-feira (30), centenas de trabalhadores organizados pelo Sindvalores – Sindicato dos Empregados de Transportes de Valores e Similares e pela CUT-DF fecharam as portas da empresa Confederal. Eles repudiaram a demissão de cinco trabalhadores da empresa. Com o dia claro, irritados, os diretores da Confederal chamaram a polícia para encerrar o movimento. A estratégia não deu certo. Ao contrário, a manifestação dos trabalhadores garantiu a reversão das demissões por justa causa.

Sob pressão da categoria, os diretores da Confederal chamaram os dirigentes da CUT-DF e do SINDVALORES/DF para negociar as demissões feitas no dia 19 de outubro. Além de garantir aos trabalhadores demitidos o pagamento da indenização trabalhista, ainda foi negociada a continuidade das reuniões para solucionar outros problemas correntes na empresa, como o excesso de horas-extras e o descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho. As reuniões começam na próxima semana.

“Com certeza este movimento foi extremamente positivo. Essas práticas não podem continuar”, avalia o presidente do Sindvalores, Carlos José das Neves. Segundo ele, os trabalhadores demitidos também ficaram satisfeitos com o resultado da manifestação.

“Eles já não queriam mais ficar lá (na Confederal), eles queriam mesmo o pagamento da indenização”, afirma.

Os cinco trabalhadores demitidos assinarão novo aviso prévio e, no dia 5 de novembro, receberão o dinheiro da indenização trabalhista.

Empresa acusa, mas não tem provas.

Apesar de o texto que justificava a demissão dos trabalhadores apresentar como pontos faltas, atraso e maus procedimentos operacionais por parte dos cinco trabalhadores, a empresa, sem qualquer tipo de prova, estava acusando os trabalhadores de serem os culpados pelo sumiço de dinheiro nos caixas eletrônicos do BRB, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

“O roubo deve ser dos empresários lá de dentro. Só pode! Porque vigilante, que trabalha junto, um vendo o que o outro está fazendo, e depois de 10 anos eu sou chamado de ladrão? Eu prestava serviço para a empresa e agora, de um dia para o outro, eu viro ladrão? Quem me explica isso?”, fala indignado João Luis Martins Mendonça, um dos cinco trabalhadores demitidos. Ele completaria em novembro 10 anos na Confederal como vigilante de transporte de valores na empresa, sem

nenhum registro de advertência.

Eduardo Miranda Oliveira, chefe de equipe, também foi acusado de roubo e demitido. “Eu tenho 11 anos de empresa, nunca houve nenhuma reclamação. Infelizmente, outros colegas já foram sacrificados dessa forma, saíram como ladrão. Mas a empresa não tem como provar isso. Por isso nós estamos correndo atrás dos nossos direitos. Curiosamente, recentemente eu fiquei sabendo que um dos membros da tesouraria da Confederal estava desviando dinheiro, mas, como sempre, só sobra para o abastecedor, para o chefe de equipe e até para quem trabalha na cobertura. Isso é muito injusto”, relata.

“Já sumiram R\$ 800 mil, ninguém sabe para onde está indo esse dinheiro, e está sobrando para o trabalhador”, afirma o presidente do Sindvalores, que confirma que a manobra da empresa é reincidente. “A gente quer que a Polícia Federal investigue o sumiço desse dinheiro, mas nem os bancos, nem as empresas se dispõem em fazer isso”, diz.

O Presidente da CNTV, José Boaventura e diretores do Sindicato dos Vigilantes do DF, foram até a manifestação levar apoio e solidariedade aos vigilantes do carro forte da Confederal, que são vítimas de demissões com acusações sem provas.

Fonte: Secretaria de Comunicação da CUT-DF



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: G. Santos



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-1
Cep: 73.300-000 Brasília - DF